

NOTAS SOBRE FUNÇÃO EMPRESARIAL E O EMPRESÁRIO EM SCHUMPETER

José Ricardo Fucidji*

RESUMO:

O artigo trata do papel do empresário e da função empresarial (tema caro à teoria neo-schumpeteriana), sob o enfoque da História do Pensamento Econômico. Tem um triplo objetivo: discutir de modo mais rigoroso os conceitos de empresário e função empresarial, que de tantos mal entendidos padece; tecer algumas considerações (sumárias e para ulterior elaboração) a respeito do empresário que emergiu do processo de industrialização tardia; e a respeito do papel que a política industrial pode ter em processos inovativos que ocorrem na firma.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é fazer uma releitura da teoria schumpeteriana do empresário e da função empresarial, sob um enfoque restrito à História do Pensamento Econômico. A (re)leitura de Schumpeter se justifica pelo menos por dois motivos: em primeiro lugar, sua obra marca uma clara cisão com a escola neoclássica - e com a escola austríaca a qual ele próprio era filiado (Gonçalves 1995; Andersen, 1995); em segundo lugar porque Schumpeter (juntamente com Marx e Keynes), é um dos autores que permite a construção de uma teoria da dinâmica do capitalismo (Vercelli, 1985), em oposição à teoria convencional, que pode no máximo fornecer uma teoria do funcionamento dos mercados (North, 1994). É oportuno lembrar que a oposição de Schumpeter não é à estática em favor da dinâmica, como freqüentemente se pensa, mas à operação em favor da evolução (Possas, 1990).

Pelos dois motivos acima, Schumpeter é o autor que nos fornece elementos para colocar a concorrência no centro da dinâmica capitalista (Possas, 1989a, 1989b). Sua teoria da concorrência pela introdução de inovações - os pre-requisitos para tal introdução e as transformações estruturais dela decorrentes - abriu uma nova agenda de pesquisa na teoria dos mercados (oligopólio), do crescimento e desenvolvimento econômico (teoria dos ciclos e do “crescimento endógeno”) e do comércio internacional (incorporação de retornos crescentes nas “novas teorias do comércio”). A relevância e fertilidade de suas contribuições podem-se verificar pelo surgimento de correntes acadêmicas ligadas ao seu

nome em número crescente (neo-schumpeterianos, evolucionistas e pós-schumpeterianos) e também pela introdução de questões “novas”, usualmente estranhas à agenda de pesquisa da *mainstream*, como a função empresarial e os problemas relacionados à racionalidade e decisão em ambientes nos quais a concorrência é *menos que perfeita* (Possas, 1996).

O texto foca o conceito de “empresário” em Schumpeter, o principal motor que põe em movimento a máquina capitalista. Revisaremos a evolução do conceito, desde a visão “heróica” da TDE à noção (cada vez mais incorporada a textos de matrizes teóricas diversas) de função empresarial (*entrepreneurship*). A seguir, discute-se o processo inovador como uma capacidade incorporada na estrutura da firma capitalista, mas que tem indelévels caracteres históricos e institucionais. Por fim, apresenta-se alguns comentários sobre o empresário que emergiu da constituição do capitalismo brasileiro ao longo das últimas três décadas. Sublinhe-se que o tema principal em discussão encontra-se na seção 2, sendo as demais apenas comentários que necessitam de elaboração ulterior.

2. Função Empresarial: um breve retrospecto

Antecedentes

Economia é a ciência que estuda a reprodução (simples ou ampliada) da vida material da sociedade. Uma teoria da produção material requer, portanto, um agente que realiza as atividades econômicas e a explicação de suas motivações. A economia política clássica pensou a produção material a partir da divisão da sociedade em classes funcionais: capitalistas e trabalhadores. Talvez por isso a economia clássica não tenha destacado os aspectos relacionados ao processo de decisão na firma, apenas suposto um agente econômico cuja função específica fosse a de dirigir e comandar o trabalho próprio e/ou alheio e produzir, seja independentemente, seja sob as ordens de outrem. De acordo com Blaug (1983:168)¹, autores como Adam Smith e Ricardo não faziam nenhuma distinção entre as atividades do capitalista, do administrador e do empresário. O primeiro limite que esta teoria encontra - como sabemos - é uma explicação para o surgimento do excedente econômico.

* Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá.

¹ Os parágrafos seguintes estão baseados principalmente em Blaug (1983).

O primeiro autor a falar em *função empresarial* foi Richard Cantillon, que escreveu sua obra vinte anos antes de Adam Smith. Cantillon associa o empresário àquele que percebe oportunidades não exploradas de lucro e assume o risco associado a tal empresa. Na mesma linha, J. B. Say caracteriza o empresário como aquele que assume risco pela provisão de capital a um negócio, e por isso merece um retorno. Nota-se no empresário dos economistas franceses a disposição ao risco, o aproveitamento de oportunidades não percebidas por outros e o papel de decisão baseada na avaliação de riscos e retornos. A razão pela qual os economistas ingleses negligenciaram a especificidade do empresário é que eles viam a atividade econômica como um processo “automático”, sendo desnecessária qualquer consideração a decisões individuais. O mesmo parece ter acontecido a Marx. Embora sua noção de dinâmica capitalista seja muito mais rica que a dos autores mencionados acima, Marx não nos diz nada sobre o processo de tomada de decisão com relação ao processo produtivo e, embora tenha uma visão de evolução do sistema capitalista cheia de *insights* para o pensamento de Schumpeter, não se detém especificamente a respeito do processo de introdução de mudanças técnicas - tão importante para a evolução dos processos produtivos descritos nos capítulos XI, XII e XIII de *O Capital*. Não nos resta senão concluir que isto foi uma *opção metodológica* de Marx, que preferiu delinear as leis mais gerais do capitalismo, sem preocupar-se com os modos específicos de manifestação destas leis. A introdução de inovação é realizada pelo capital “em geral”, uma unidade de capital indistinta de qualquer outra, como resultado de sua lógica expansiva interna, que não merece maiores considerações, além do impulso (Marx fala em *animal spirit*) a ampliar a mais-valia relativa.

O primeiro economista que tratou a função empresarial e definiu o lucro adequadamente foi Heinrich von Thünen, num livro intitulado *O Estado Isolado* de 1850. Ele define os ganhos dos empresários como a renda residual depois que são pagos (1) a taxa de juros incidente ou imputada sobre o capital investido; (2) os salários da administração e (3) o seguro de risco calculável sobre as prováveis perdas. Ou seja, nesta visão, o empresário é um “reclamante residual” de renda, por assumir riscos que nenhuma empresa de seguros assumiria por ser imprevisível. Na mesma linha segue Frank Knight que em sua obra *Risco, Incerteza e Lucro* de 1921 distingue entre risco e incerteza. Para Knight, os riscos calculáveis são passíveis de seguro e dedutíveis dos lucros ou perdas, não uma

explicação de lucros ou perdas. Já a incerteza ocorre quando nenhuma função de distribuição de probabilidades sobre o evento pode ser construída: “*O único ‘risco’ que gera lucro é uma incerteza singular que resulta do exercício da responsabilidade [decisória] que por sua própria natureza não pode ser remunerado por seguros, salários ou ordenados*” (citado por Blaug, 1983:171). Essas citações são importantes, porque desvinculam o lucro da remuneração de fatores, bem como a função empresarial da esfera puramente mercantil. Ela está no centro do processo decisório capitalista. Mas assumir que o lucro é uma remuneração ao fator empresarial pela sua disposição a riscos incalculáveis tem dois problemas: (a) deve-se então assumir que a informação não é perfeita; (b) as evidências *cross-section* não confirmam a hipótese de relação entre risco e lucro (sobre tais dificuldades ver Naples & Aslambeigui, 1998).

A visão do funcionamento do sistema econômico em Schumpeter é muito semelhante à de Marx: ambos vêem o capitalismo como um sistema em permanente mutação, ambos atribuem o desenvolvimento econômico capitalista à burguesia e, mais importante, ambos crêem que o capitalismo será substituído por seu sucesso, não pelo seu fracasso (Elliott, 1980). O próprio Schumpeter reconheceu seu débito para com Marx. Contudo, o sistema teórico que Schumpeter toma como ponto de partida é o de Léon Walras. Isso é surpreendente, uma vez que “*A crescente popularidade da teoria do equilíbrio geral lacra a possibilidade de teorizar sobre a função empresarial*” (Blaug, 1983:171)², uma vez que esta “*requer uma visão dinâmica [no mínimo um processo de ajustamento, ausente no arcabouço walrasiano] da concorrência*” (Andrews, 1983:179). A admiração de Schumpeter por Walras é expressa diversas vezes em suas obras. Para ilustrá-la basta a seguinte citação:

“*Com respeito à teoria pura, Walras é, em minha opinião, o maior de todos os economistas. Seu sistema de equilíbrio econômico, ao unir a criatividade “revolucionária” e a síntese clássica, é o unico trabalho de um economista*

² O mesmo autor continua: “Como uma questão de fato, a análise de equilíbrio estático tipifica o estudo da economia desde a passagem do século XIX ao XX. E mesmo nos anos 30, quando a macroeconomia keynesiana entrou em cena, a análise de equilíbrio estático walrasiano foi reforçada, um processo que atingiu estágios ainda maiores de refinamento nos anos 50. A despeito de valiosas tentativas de dinamizar a macroeconomia, grande parte da moderna macroeconomia continua presa na armadilha do arcabouço estático. Pior do que isso, é que à economia moderna falta qualquer teoria realista [true theory] do *processo competitivo*; o que é realmente explicado é uma teoria do resultado deste processo num *estado* de equilíbrio. Em resumo, enfatiza-se o equilíbrio às expensas do desequilíbrio” (*ibidem*; itálicos no original).

que será comparável aos desenvolvimentos da física teórica” (HAE, p. 827, *apud* Hagedoorn, 1994).

Quando nos perguntamos do porquê Schumpeter combinou uma admiração à teoria do equilíbrio estático com sua própria “criatividade revolucionária”, as respostas parecem provir de dois pontos: (a) Schumpeter concebia a teoria econômica como uma forma de construir ferramentas adequadas ao tratamento de problemas. Sua visão de “ferramentas analíticas” incorpora a noção de progresso científico: as ferramentas analíticas são mais úteis ao seu fim desde que incorporam uma série maior de problemas - portanto o progresso da ciência caminha no sentido de teorias cada vez mais abstratas³. Esta explicação ajuda-nos a entender porque Schumpeter insistia tanto no ensinamento da matemática para economistas, e porque foi presidente da Associação Econométrica Americana por vários anos. Mas há uma questão mais profunda.

(b) De acordo com Andersen (1995), existiam outras fontes de inspiração para Schumpeter, como Smith e Marshall. Porém suas teorias continham elementos de progresso lento e evolutivo. Marshall, como se sabe, tinha uma percepção aguda aos problemas de desenvolvimento da firma (sua famosa analogia das árvores), inclusive para os problemas de retornos crescentes e concentração. Porém ambos privilegiaram uma visão de economia que mantinha as condições *apenas de reprodução*, não se arriscando pelos resultados mais complexos (ou menos científicos⁴) da evolução. É justamente este *imbroglio* entre elementos do que ele chamou de *crescimento* e os do *desenvolvimento*, presente naqueles autores, que Schumpeter tratou de evitar. Porém deve-se ressaltar um outro aspecto, no mínimo ilustrativo, adicionado por seu biógrafo Richard Swedberg. Foi exatamente em sua visita a Walras, em casa deste na Suíça em 1908, com o objetivo de presentear o velho mestre com sua primeira obra *Das Wesen* (A Natureza e o Conteúdo Principal de Economia Teórica), que Schumpeter começou a ter desconfianças quanto ao resultado do método estático e da soberania da teoria econômica pura para explicar fenômenos:

³ Sobre a influência do instrumentalismo - de filósofos como Knapp e Mach - sobre Schumpeter, ver o artigo do Professor Marcos Gonçalves (1995).

⁴ Andersen (1995) afirma que por volta do início do século a teoria darwiniana caiu num descrédito que durou até meados da década de 40. O fio condutor do artigo é mostrar que os evolucionistas não deveriam vindicar a herança de Schumpeter, uma vez que este evitou o termo “evolucionista” para sua teoria; a teoria schumpeteriana se caracterizaria, assim, pela explicação da “revolução econômica”. Essa interpretação é, a meu ver, exagerada.

"Naquela ocasião Walras lhe disse: 'É claro que a vida econômica é passiva e meramente se adapta às influências naturais e sociais que podem estar agindo sobre ela'. Walras também disse que a teoria do estado estacionário constitui o todo da economia teórica e que os economistas não podem dizer nada sobre mudanças históricas" (Swedberg 1992:75).

Para Schumpeter, continua Swedberg, isto era inaceitável. Essa impressão está relatada no *Prefácio à Edição Japonesa* da TDE, de 1937 (não traduzida para o português):

"Eu senti muito fortemente que isto estava errado e que havia uma fonte de energia dentro do sistema econômico que irromperia, de si mesmo, qualquer equilíbrio que pudesse ser atingido. Se isto fosse verdade, então deveria haver uma teoria puramente econômica da mudança econômica, a qual não depende meramente de fatores externos movendo a economia de um equilíbrio a outro. É uma teoria assim que eu tentei construir." (ibidem)

A partir dessa experiência, Schumpeter volta a privilegiar os aspectos históricos e sociológicos no desenvolvimento de teorias econômicas: é conhecida sua distinção entre visão e análise⁵. Assim, pode-se concluir que Schumpeter partiu do sistema de equilíbrio estático walrasiano⁶ para destacar sua própria teoria: a teoria do desenvolvimento econômico.

Não dispomos de espaço para uma análise mais exaustiva do fluxo circular e da introdução de inovações (de resto tema já decantado na teoria econômica⁷). Quanto a este último ponto no entanto, cabe destacar duas características importantes:

(1) o novo processo produtivo e comercial é controlado por *novos agentes*, em geral (embora possa também ser iniciativa dos agentes existentes). Pelo processo de concorrência, as novas combinações eliminam as antigas. Desse modo, as novas combinações introduzem modificações tão importantes na estrutura econômica

⁵ Swedberg (1992) chega a afirmar que a idéia de uma explicação puramente econômica, em que aspectos históricos e sociológicos estejam ausentes é estranha à obra de Schumpeter. Da mesma forma Andersen (1995) argumenta que Schumpeter procurou a vida inteira as ferramentas analíticas adequadas à explicação de sua teoria do desenvolvimento. Seu trabalho sobre ciclos econômicos (BC, 1939) é o reconhecimento de que sua visão dinâmica ainda não dispunha de ferramentas analíticas adequadas, embora seja uma obra monumental de dados factuais e históricos.

⁶ Note-se que em Schumpeter o *estado estacionário* é um referencial heurístico, não uma tendência última do sistema capitalista, como em J. S. Mill e Ricardo (Hagedoorn, 1994; sobre o programa de pesquisa científico de Schumpeter, sua heurística positiva, negativa, e núcleo, ver Helburn, 1983).

⁷ Ver Possas (1987, cap. 2) Para uma discussão dos chamados Schumpeter Mark I e II, ver Scherer (1992) e, para uma crítica desta distinção, ver Langlois (1987).

(monopólios, ciclos – que exigem uma mudança na teoria) e na sociedade, que Schumpeter a chama de “*divisor de águas da história social do capitalismo*” (TDE, p. 49).⁸

(2) e esse é um ponto fundamental: a realização de novas combinações não depende de recursos existentes, mas de recursos “criados”. Os recursos existentes estão alocados no fluxo circular e seu crescimento normal não é capaz de gerar os fundos necessários às novas combinações. É óbvio que tais recursos não caem do céu, mas aqui o *crédito*, que não tinha nenhum papel no fluxo circular, adquire significado.

O crédito mobiliza recursos existentes ou criados para as inovações de duas formas: (a) aqueles que possuem recursos existentes podem deslocá-los para os empreendimentos, desde que a promessa de retornos futuros seja elevada (TDE, p. 52); isso acontece, por exemplo, com o lançamento de ações. (b) existe um grupo de pessoas cuja atividade econômica é “criar” recursos, sempre que necessário, para financiar empreendimentos. A esses homens de negócio Schumpeter chama de “capitalistas”. Nas sociedades modernas, essa atividade é desempenhada pelos banqueiros, que têm a faculdade de criar *moeda escritural*. Para Schumpeter, a existência do multiplicador bancário torna o banqueiro o “*éfora da sociedade de trocas*” (TDE, p. 53).

O financiamento das inovações vai, na argumentação dos capítulos seguintes da TDE, dar sentido ao lucro empresarial e ao juro. Uma parte do lucro é a remuneração do “empresário” – e as características deste último serão discutidas abaixo – a outra parte vai ser distribuída como dividendos e/ou ser reinvestida, podendo então, a partir da primeira inovação bem sucedida, contar-se com um excedente que financia inovações futuras. O juro é a remuneração do risco incorrido pelo capitalista e também é uma dedução dos retornos da inovação. Por isso, mais à frente Schumpeter diz que “o lucro não cabe necessariamente ao empresário” (TDE, p. 56, nota 12).

Portanto, Schumpeter explicitamente rejeita a dependência da poupança – e o acúmulo de capital – para o financiamento das novas combinações. Em sua visão (aliás compartilhada por teóricos relevantes do capitalismo, como Marx e Keynes) o crédito é a variável que determina o financiamento do investimento. Como vimos, esses recursos são deslocados de outras atividades ou criados, e isso tem duas implicações importantes: o

⁸ Nesse ponto o leitor tem a impressão nítida que Schumpeter está se referindo à Revolução Industrial inglesa do século XVIII (bem como aos *latecomers* da primeira metade do século XIX) e à Segunda Revolução Industrial no final do século XIX.

sistema econômico é caracterizado como um “sistema de dívidas” e estabelece-se uma incerteza irredutível quanto aos retornos das aplicações.

O conceito de empresário

Schumpeter define como “empreendimento” a atividade de realizar novas combinações, ou inovações (no sentido descrito pelos cinco casos da TDE, pp. 48-49). O agente que realiza o “empreendimento” é denominado “empresário”. Porém, esse não é um conceito trivial: o autor declara que *o agente só é empresário se e quando realiza uma nova combinação*⁹ – o que exclui toda a atividade rotineira de administração de uma empresa existente. Ao administrador da empresa Schumpeter chama de “homem de negócios” ou organizador da produção. Esse conceito de organizador da produção (de Alfred Marshall) é o mais adequado para definir a atividade do dirigente no fluxo circular e é largamente utilizada nos livros de microeconomia. *Não é dele que Schumpeter está falando.*

A tarefa de **definir o empresário** é feita primeiro por negação (“quem não é empresário”) para depois avançar em proposição (“quem é empresário”). Por exemplo, Schumpeter fala que o acionista só é empresário se detiver o controle da empresa que está introduzindo inovações. Caso contrário, ele apenas estará financiando esse empreendimento e, como tal, é um capitalista. Também não há uma classe social distinta de “empresários”, porque todos podem sê-lo, mesmo empregados, desde que introduzam inovações. E ser empresário não é uma característica que possa ser herdada, ainda que os lucros herdados da inovação possam auxiliar em inovações subseqüentes.

O caráter do empresário é definido pelo seu comportamento, “que explica vários fenômenos”. Para ser empresário o agente precisa possuir qualidades distintivas. O empresário é a pessoa capaz de se rebelar contra hábitos estabelecidos e métodos de produção habituais (TDE, pp. 57-58). O ponto decisivo para classificar uma pessoa como homem de negócio é seu apego à rotina (TDE, p. 58, nota 18). O empresário, por outro lado, é quase um *outlayer*, um excêntrico, não por ter idéias diferentes – pois Schumpeter reitera que não é preciso ser gênio para ser empresário, uma vez que “inovação” e

⁹ A afirmação de Schumpeter é: “alguém só é empresário enquanto efetivamente “levar a cabo novas combinações” e perde esse caráter assim que tiver montado o seu negócio, quando dedicar-se a dirigi-lo assim como outras pessoas dirigem seus negócios. Esta é a regra, certamente, e assim é tão raro algum permanecer sempre como empresário através de décadas de sua vida ativa, quanto é raro um homem de negócios nunca passar por um momento em que seja empresário, mesmo que seja em menor grau” (TDE, p. 56)

“invenção” são coisas distintas – mas por levar adiante idéias e projetos (oportunidades) que as outras pessoas não levam por força do hábito. Assim, a *liderança empresarial* também adquire sentido: o líder é a pessoa que se antepõe às dificuldades e, mesmo sem ser plenamente compreendido, influencia pessoas pela ação ou pelo comportamento. Ele é uma figura carismática, ainda que contra a sua própria vontade (TDE, p. 62).

O empresário schumpeteriano tem aptidões inatas que são difíceis de serem encontradas. Aqui o autor faz uma analogia com a habilidade para cantar. Todos os humanos cantam, mas apenas alguns são conhecidos como cantores. Da mesma forma, todo homem de negócios “em algum momento” vão contra a tendência, mas apenas alguns se destacam como “empresários” (TDE, p. 58, nota 19). É por isso também que uma característica do empresário é a intuição (pois sem esta ele é incapaz de visualizar alternativas às práticas habituais), mais do que a inteligência. A crescente burocratização e racionalização das empresas, segundo Schumpeter, era vista como uma das causas para o desaparecimento do empresário e – uma vez que ele é o agente que introduz transformações no sistema econômico – para o fim do capitalismo (essa última idéia em CSD, 1942).

Ora, o empresário schumpeteriano é um agente no mínimo paradoxal. Ele é o principal agente de transformação do capitalismo, mas parecem não haver muitos incentivos para essa ação transformadora. Quando apresenta suas idéias não é bem entendido, ou quando o é, não é bem aceito, porque o seu comportamento não convencional provoca a resistência das pessoas. Quando age como um líder, arrasta consigo uma série de concorrentes (“imitadores”) que vão minar o seu lucro. Quando, finalmente consegue acumular alguma fortuna, de modo a desfrutar uma posição na sociedade é encarado pelos aristocratas como novo-rico. Além disso, o empresário tem que enfrentar três tipos de problemas: o medo de fugir da rotina, a incerteza quanto ao resultado do empreendimento e a resistência dos consumidores ao novo produto. Caberia perguntar: por que um agente racional se lançaria aos empreendimentos?

As motivações do empresário são bem românticas, se concordarmos com Schumpeter: em primeiro lugar, há o *motivo distinção*, “o desejo e o sonho de fundar um reino particular, de iniciar uma dinastia”, particularmente forte em indivíduos que não se distinguem em nenhuma outra coisa. Em segundo lugar, há o *motivo competição*: “o desejo de conquistar, de se mostrar superior” e nesse sentido a atividade empresarial é encarada

como um jogo, onde os lucros só importam porque são índices de sucesso. Em terceiro, vem o *motivo realização*, “o desejo de criar, de deixar sua marca”.

Ora, esse conjunto de motivos para os empresários é uma visão certamente idílica dos negócios no capitalismo. Isso porque, como Marx já mostrou, a lógica do capitalismo é a busca de lucros. O erro de Schumpeter não é negar isso, é reduzir sua importância. O lucro continua sendo o principal motor da atividade empresarial, Schumpeter reconhece (TDE, pp. 65-66), mas apenas quando relacionado aos outros motivos. O lucro deixa de ser o objetivo e a condição de sobrevivência da *empresa*, no capitalismo, e passa a ser apenas um meio para o *empresário* atingir *status*, provar superioridade e seguir suas inclinações.

O desenvolvimento econômico no pensamento de Schumpeter

Este mesmo processo é apresentado em resumo no capítulo 7 da CSD, onde Schumpeter mostra que a inovação é o motor da dinâmica capitalista, e o capitalismo é uma "máquina de progresso"; visão que ele associou à de Marx, descrita no *Manifesto Comunista*, quando este fala da missão histórica da burguesia em revolucionar constantemente as forças produtivas e as relações de produção. Schumpeter descreveu este processo de introdução de inovações como uma "*destruição criativa*" que "*constantemente destrói as estruturas existentes e constantemente cria novas estruturas capitalistas*", de forma que a *concorrência por inovações* provoca distúrbios tão potentes que "*colocam em risco não apenas os lucros [das firmas] e suas vendas, mas seus próprios fundamentos e sua existência*" (CSD, pp. 113-114). Esta visão da concorrência schumpeteriana é compatível com a análise de Marx nos *Grundrisse*, de acordo com um intérprete:

“O capitalismo, como Marx argumenta em sua obra, destrói as economias pré-capitalistas pois ‘constantemente as revoluciona, derrubando todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a expansão das necessidades, o desenvolvimento da produção em toda parte e a exploração e troca das forças naturais e mentais’ [Grundrisse, p. 410]. A ‘tendência universalizante’ do capitalismo, tanto tecnológica quanto geográfica, o distingue radicalmente de todas as sociedades anteriores. O capitalismo contém ‘um impulso sem fim e sem limite a ir além de todas as barreiras que o restringem. Cada limite surge como uma barreira a ser superada’ [Grundrisse, pp. 334, 348].” (Elliott, 1980:48).

É evidente que esta perspectiva do desenvolvimento capitalista não partilha das noções clássicas - e mesmo de Marx, no Livro III de *O Capital* - de tendência ao declínio

secular das taxas de lucro. Ao contrário, a norma no capitalismo parece ser a de um deslocamento contínuo de seu “limite em última instância”, seja ele a acumulação excessiva de capital, a exclusão social, o aumento da composição orgânica do capital, a exaustão dos recursos naturais, entre outras. A cessação desta norma ou a capacidade de organização social seriam os vetores do advento da sociedade do futuro.

As principais consequências da *concorrência schumpeteriana* (leia-se concorrência pela introdução de inovações) são: (i) a concentração industrial (criação de posições de monopólio); (ii) a redefinição do funcionamento da concorrência (que deixa de ser exclusivamente em preços e passa a incluir uma série de outras variáveis, como concorrência potencial, capacidade ociosa planejada e política de patentes, todas estranhas ao arcabouço da concorrência perfeita), que transforma *endogenamente* as estruturas industriais; e (iii) o aumento do bem-estar da sociedade pelo barateamento e o aumento da qualidade dos produtos existentes ou novos.

E este aumento de bem-estar é realizado por um mecanismo cíclico: a inovação traz uma expansão na atividade devido a demanda derivada e expansão do emprego - que tendem a pressionar os juros e preços para cima, contudo a expansão da produção começa a gerar uma inicialmente pequena deflação. Ao mesmo tempo, desenvolve-se uma “onda secundária”, à medida que outros produtores sentem-se compelidos a apropriar-se dos ganhos da inovação, seguindo a trilha aberta pelos empresários - estes são chamados de *epígonos*, imitadores. Adiciona-se a este período de aquecimento dos negócios uma deflação crescente, que frustra expectativas de ganho e pipocam ações especulativas e erros de cálculo de vários tipos, que conduzem à crise. As condições de crédito¹⁰ mais restritas impedem a expansão dos negócios e a economia entra em recessão. A fase decendente do ciclo termina com a eliminação de empresas sem capacidade de sobreviver e o surgimento de novas oportunidades de negócios. A análise do ciclo em Schumpeter está mais desenvolvida em BC (1939), no qual são apresentados três ciclos: os de Kondratieff, de 55 anos, os de Juglar, de 9 anos e os de Kitchin, de 40 meses. É claro que Schumpeter pensa nos ciclos de Kondratieff em termos das duas revoluções industriais profundas da história do capitalismo.

¹⁰ Vercelli (1985) lembra que um ponto unificando o pensamento de Marx, Keynes e Schumpeter é justamente a consideração das relações financeiras como condutoras da instabilidade estrutural.

Apesar disto - e aqui se encontra se encontra mais um paralelo entre Schumpeter e outro autor relevante, Max Weber¹¹ - Schumpeter acreditava que, com o desenvolvimento da grande empresa, as atividades inovativas se tornariam cada vez mais rotinizadas e automáticas, eliminando a necessidade de um agente especial para "assumir as novas combinações". Numa parte intitulada *Sobreviverá o Capitalismo?* da CSD (cap. XIII), em que discute a obsolescência da função empresarial, o autor declara:

“Vimos que a função do empresário é reformar ou revolucionar o padrão de produção, explorando uma invenção ou, mais geralmente, uma possibilidade ainda não tentada de produção (...) Este tipo de atividade é basicamente responsável pelas recorrentes ‘prosperidades’ que revolucionam o organismo econômico e pelas recorrentes ‘recessões’ devidas ao impacto desequilibrador dos novos produtos ou métodos. Fazer tais coisas novas é difícil e constitui função econômica distinta (...) Esta função social já está perdendo importância e tende a perder cada vez mais, mesmo que não se altere o próprio processo econômico do qual o empresariado era o principal motor. Primeiro, por um lado, agora é muito mais fácil que no passado fazer coisas fora da rotina familiar - a própria inovação está sendo reduzida a rotina. O progresso tecnológico está se transformando num assunto de equipes de especialistas treinados que criam o que lhes é pedido e fazem-no funcionar de maneira previsível. O romance da antiga aventura comercial se desvanece pois muitas das coisas que agora podem ser estritamente calculadas tinham, antigamente, de ser visualizadas num lampejo de gênio” (CSD, pp. 173-174).

Este seria um dos sinais de decadência do capitalismo, uma vez que ele estaria perdendo sua *raison d'être* social, isto é, a máquina de progresso estaria prescindindo dos agentes da mudança - a burguesia, em termos marxianos - e em seu lugar estaria sendo colocada um coletivo de empregados responsáveis pela inovação. A interpretação dada aqui¹² não vê qualquer razão, seja para o declínio da função inovativa, seja para o fim do capitalismo. O próprio Schumpeter reconheceu que com a concentração e complexificação

¹¹ Um paralelo biográfico e teórico entre os dois autores foi feita por John Hagedoorn, Giovanni Dosi e David Teece, Walter Powell, Louis Galambos, e Gary Hamilton – todos em *Industrial e Corporate Change*, vol. 5, num. 3, 1996.

¹² Esta interpretação não é original (ver Elliot, 1980). Porém eu a utilizo para criticar alguns autores que identificam no declínio da função empresarial um "erro" de Schumpeter (Pavitt, 1992 e Simões de Almeida & Bernardes, 1998). O empresário individual não é necessário pelo seu papel econômico, mas por sua função social. Assim, Schumpeter não estava prevendo que a atividade inovativa tenderia a acabar, mas apenas a justificação social para a acumulação de riqueza privada. Esta seria, junto com o progresso técnico, a distribuição de seus frutos, a organização operária e a conquista de direitos sociais, além da automatização do processo inovativo, uma tendência a apontar o advento da sociedade do futuro.

da atividade industrial, a atividade inovativa tenderia a se deslocar do indivíduo para um *staff* responsável pelo desenvolvimento, de modo que *"se torna difícil reconhecer uma pessoa individual como o empresário"*. (CE, 1949:71-72, *apud* Hagedoorn, 1994). Mesmo na TDE o empresário pode ser um empregado da firma¹³. Além disso, Young (1983) fez a seguinte questão, a meu ver pertinente: *"se a função empresarial é definida pelo desempenho de uma atividade [realizar novas combinações], por que ela deve ser associada necessariamente a uma pessoa?"* Nas páginas seguintes, tentarei traçar um esboço da teoria neo-schumpeteriana que focaliza o processo inovativo dentro da firma.

3. A inovação como um processo na firma

A função de coordenar ativos para a obtenção de inovações geradoras de lucro tem sido um aspecto tratado na literatura neo-schumpeteriana. Autores como Galbraith (1967) e Freeman (1982) viram no desenvolvimento de grandes empresas, uma mutação radical do papel do empresário, que agora passaria a ser o coordenador do processo inovativo. Além disso, estes autores descrevem a evolução deste papel como “aderente” à história do capitalismo, que teria se tornado menos concorrencial. Começando por este último ponto, não posso deixar de me sentir incomodado, pois lembro da frase de Schumpeter na CSD, onde ele diz que o capitalismo provavelmente jamais foi mais concorrencial do que é hoje. Mesmo que Schumpeter diferencie entre capitalismo concorrencial e trustificado em BC, a evolução do papel do empresário parece ser mais gradual do que pensam aqueles autores, talvez acompanhando a concentração industrial e o crescimento da firma. Quanto ao primeiro ponto, parece claro, a partir de uma leitura judiciosa da TDE, que o indivíduo deixa de ser empresário quando passa a ser um coordenador das capacitações inovativas (ver nota 15).

Há uma crescente literatura neo-schumpeteriana que recebe fertilização das teorias da organização relacionadas ao problema dos custos de transação¹⁴ (Dosi, Teece & Winter,

¹³ Uma noção que é difícil de sustentar por pelo menos dois motivos: (a) qual seria a possibilidade de um trabalhador afetar as rotinas da firma, uma vez que deve vencer as pressões opostas a partir de uma posição subordinada? (b) como ele obteria os meios necessários para inovar - crédito - se não dispõe, além disto de credibilidade ou garantias patrimoniais? Estas questões levam Elliot (1980) a concluir que *in limine*, empresário e capitalista são inextrincáveis - o que não é, obviamente o caso se o "empresário" for a firma.

¹⁴ A teoria dos custos de transação é uma teoria organizacional da firma, que trata dos problemas de coordenação da atividade produtiva em instituições - que vão da firma (hierarquia) ao mercado, passando por

1992; Teece, 1986; Teece & Pisano, 1994), bem como afinidade com as teorias gerenciais da firma (Teece, 1988; Porter, 1985; etc.). Tais teorias ressaltam a importância da coordenação de ativos e talentos inovativos para o desenvolvimento de capacidades dinâmicas, que têm um caráter eminentemente interativo. Pavitt (1992), por exemplo, destaca algumas características do processo inovativo, pretendendo demonstrar que o papel inovativo se deslocou do empresário individual para a organização e esta, mediante a coordenação dos ativos necessários ao processo inovativo, tem uma longevidade e resiliência capazes de sobreviver às várias ondas de inovações radicais deste século. Ele descreve as fontes de inovação (oportunidade, apropriabilidade e cumulatividade), depois destaca os elementos gerenciais necessários à inovação (capacidade de pensar estrategicamente a longo prazo - que determina a mobilização de recursos para P&D por um critério diferente da capitalização dos fluxos de caixa futuros) e finalmente fala dos aspectos específicos à firma, devido à sua trajetória, do processo inovativo (sistemas abertos, mas organização baseada em rotinas e aprendizado). A série de variáveis que têm de ser levadas em conta são tão múltiplas e variadas assim como os padrões de oportunidade tecnológica específicos ao setor e à firma (componente tácito do conhecimento), que não se pode conceber a função empresarial em termos individuais, mas coletivos¹⁵. Para Hagedoorn, *“a função empresarial coletiva é primariamente entendida como a aplicação de capacidades inovativas baseadas em conhecimento tácito, rotinas internas de busca bem desenvolvidas e talentos específicos à firma e aprendizado organizacional”*. Na próxima seção, o caráter coletivo da função empresarial, que envolve, como se viu, aspectos extra-firma, terão consequências importantes para a política industrial.

4. O capitalismo tardio e periférico e o papel da política industrial

estruturas relacionais intermediárias. Oliver Williamson mostra as vantagens da coordenação dentro da firma em presença de ativos específicos, racionalidade restrita e oportunismo.

¹⁵ A função coordenadora, no entanto, continua a ser uma função *gerencial*, jamais se confundindo com a função empresarial, como quer por exemplo, Mark Casson (citado em Blaug, 1983). A remuneração - e o motivo - da função empresarial é a busca de lucros extraordinários, como questão de sobrevivência. Talvez por isso Schumpeter evitou associar a função empresarial à assunção de risco, embora este aspecto esteja presente, pois o risco tem uma remuneração normal: o seguro. Talvez a única teoria neoclássica capaz de explicar o lucro seja a de Knight, de risco incalculável. Porém ela não explica a fonte da incerteza. Em Schumpeter, a fonte da incerteza é a introdução de inovações endógenas ao sistema econômico e a imprevisibilidade de sua trajetória. A presença da incerteza implica uma discussão sobre racionalidade que não abordarei.

Ao analisarmos a constituição das forças produtivas especificamente capitalistas no Brasil ressaltam-se desde logo as especificidades do caso brasileiro, como um "capitalismo tardio e periférico"¹⁶. A formação do empresário não se deu pela via de desenvolvimento clássica, mas o Estado, via política industrial “queimou etapas” do desenvolvimento capitalista internacionalizando a produção. Tavares & Serra (1970) mostraram como o modelo de desenvolvimento do chamado “milagre econômico” apoiava-se na compatibilização de interesses entre o capital estrangeiro, o capital privado nacional e o Estado (este último assumindo a função empresarial, especialmente no que concerne ao manejo das políticas públicas e à provisão de insumos de uso generalizado. Neste contexto, a introdução e difusão de inovações ocorreram apenas nos setores de ponta, dominados pelo capital estrangeiro¹⁷ - com o desenvolvimento realizado no exterior e *spillover* reduzido, de tal forma que a estrutura industrial passou a apresentar heterogeneidade crescente. Em qualquer caso, “*não foi possível construir um núcleo tecnológico endógeno*” (Lessa & Dain, 1980:216). O modelo de desenvolvimento (industrialização por substituição de importações) requeria uma distribuição de atribuições entre o capital nacional e estrangeiro e a especificidade do Estado foi a articulação deste pacto. Criou-se assim uma solidariedade de interesses bastante virtuosa. Contudo, uma das características centrais do modelo brasileiro continuou sendo “*o desenvolvimento insuficiente da base tecno-produtiva, mesmo nos casos em que se tenha passado, por meio da internacionalização, para movimentos de acumulação sob a hegemonia do capital industrial*” (*idem*, p. 223). As outras diferenças específicas do capitalismo brasileiro seriam o desenvolvimento incipiente do sistema financeiro e a vulto de atividades patrimonialistas e/ou não produtivas (e.g., especulação imobiliária). Esta configuração, para além das implicações sociais, tem impactos profundos sobre as capacitações dinâmicas do país. Aprendemos o *know how* mas não o *know why*. A estrutura industrial montada pelo estado foi capaz de internalizar as estruturas industriais modernas, mas não o motor de sua dinâmica. As inovações foram

¹⁶ Embora eu não entre em maiores detalhes sobre o assunto, este é o cerne do chamado pensamento neo-estruturalista, identificado com a Escola de Campinas. Os trabalhos que fazem uma reconstituição dessa teoria são os de Tavares (1975, 1978) e Mello (1975), os quais tomam como ponto de partida a aplicação da teoria cepalina feita por Furtado (1959) e a auto-crítica da CEPAL feita por Aníbal Pinto (1967).

¹⁷ Não consideramos aqui o papel das empresas estatais, que durante o processo de substituição de importações apresentavam condições de rentabilidade e eficiência semelhantes às das empresas estrangeiras.

principalmente adaptativas, ficando as fases de desenvolvimento restritas aos centros de excelência - freqüentemente as matrizes. Ao mesmo tempo, a infraestrutura de ciência e tecnologia é bastante deficiente, i.e., apresenta baixa sinergia entre a pesquisa básica universitária e seu uso industrial pelas empresas - exceto no caso de algumas empresas estatais (como a Embraer).

Contudo, as mudanças recentes na indústria, sob a égide do Plano Real, estão desperdiçando as (poucas) capacidades criadas, com a desnacionalização. Estamos internalizando agora apenas o uso da tecnologia desenvolvida no exterior, como no passado, só que com a perda de pervasividade que esta tecnologia tinha no passado em relação às empresas nacionais. Mas existe ainda espaço para a política industrial. Todos os estudos desenvolvidos nos anos 80 e 90 para diagnosticar o atraso da indústria brasileira não servem, afinal, apenas para colocar o desenvolvimento econômico sob os caprichos do livre mercado. Como aponta Bernardes (1998), o papel do Estado deve ser o de mediador, o de estimulador de sinergias entre empresas, o compartilhamento de conhecimentos e talentos específicos, as associações empresariais de vários tipos, tendo por objetivo o desenvolvimento de capacidades dinâmicas nas empresas locais.

5. Conclusões

Seguem-se do texto duas conclusões: uma de teoria econômica outra de política pública. No âmbito da teoria, em primeiro lugar, o recente florescimento de teorias ligadas a Schumpeter demonstram a robustez de seu programa de pesquisa - ou, numa perspectiva mais pessimista, a relevância de sua contribuição em períodos de mudança técnica rápida como a que vivenciamos. De fato, o desenvolvimento dos aspectos institucionais, os fundamentos micro (trajetórias tecnológicas e lógica de decisão), as mudanças estruturais (paradigma tecno-econômico), as questões relacionadas ao crescimento e desenvolvimento econômico, como as “safras de investimento” e a teoria do investimento estrangeiro, bem como as tentativas de explicar, em termos schumpeterianos a inovação financeira ou os modelos/simulações de introdução de tecnologia são exemplos dessa robustez. Porém, é

Freqüentemente, na análise do papel do capital estatal esquece-se os constrangimentos a que foi submetido durante o período de ajuste recessivo dos anos 80, que se traduziu na perda de sua capacidade financeira.

preciso cautela para não comprar vinho ruim em odres novos: a utilização da função empresarial nem sempre é diretamente identificável ao sentido schumpeteriano do conceito.

Para citar um exemplo, Baumol (1990:897) diz que as políticas econômicas afetam mais a alocação da função empresarial que a oferta de empresários no sistema. A função empresarial é um insumo de produção cuja oferta não é discutida, mas cuja alocação deve ser feita entre usos alternativos. Assim, dependendo dos prêmios que a sociedade esteja disposta a pagar, a função empresarial pode ser desviada para atividades ilegais - a teoria do empresário se torna uma forma de explicar a economia do *rent-seeking*. Além disso, Baumol nega a importância da inovação, dizendo que *“as implicações gerais da alocação da função empresarial [entre as formas de inovação] para o bem estar, o crescimento da produtividade e outras questões relacionadas, se existem, dificilmente são óbvias”*.

Uma perspectiva diametralmente oposta é a de Andersen (1995), para quem a falha de Schumpeter, é justamente ter negligenciado as implicações da divisão interna do trabalho para a teoria da inovação (principalmente a de processo e incremental). Este autor propõe um programa de pesquisa “pós-schumpeteriano”, que se caracteriza pela síntese Schumpeter-Smith-Marshall. Em segundo lugar, é possível construir uma teoria dinâmica do capitalismo que seja mais realista e mais frutífera, para explicação de fenômenos, que a teoria do *mainstream* - às expensas do poder preditivo. A complexidade de uma tal teoria, no entanto, torna esta possibilidade pouco trivial. Elementos como incerteza, racionalidade restrita, aprendizado, rotinas, reação e transformação estrutural a partir de estratégias privadas de valorização do capital devem necessariamente estar presentes. É possível pensar tais elementos a partir de Schumpeter - que os compartilha com Marx e Keynes. Nesta perspectiva as distinções entre micro e macroeconomia, curto e longo prazo, real e monetário tornam-se apenas recursos analíticos, momentos lógicos, mas de modo algum concretamente separáveis (Vercelli, 1985; Possas, 1989b).

Quanto à implicação de política econômica, a evidência na literatura mostra como casos bem sucedidos de industrialização aqueles em que ocorreu algum tipo de arranjo institucional que privilegiou a organização da firma na forma de uma rede de interação com fornecedores, usuários, trabalhadores, universidades e governo. Em outras palavras, a imposição da concorrência schumpeteriana e a aceleração no ciclo dos produtos requer uma capacitação inovativa muito maior, a qual só é potencializada quando as condições para a

incorporação e aprendizado de progresso técnico se verificam. Estas capacitações estão estreitamente relacionadas ao que alguns autores chamam de “sistemas nacionais de inovação” (Nelson, 1992) ou “competitividade sistêmica” (Chesnais, 1988). Se o nosso modelo de desenvolvimento tardio e dependente não revelou tais características, este deve ser um dos objetivos de política industrial: a criação e promoção de espaços institucionais de partilha de conhecimentos e resolução de problemas (desde alianças e outras formas de transferência de tecnologia ao diálogo democrático para o exercício de demandas e solução de problemas). Este não é um objetivo fácil, como a experiência das Câmaras Setoriais mostrou, mas é mais adequado ao “novo papel do Estado” e mais factível - caso ainda seja possível se falar num modelo de desenvolvimento econômico, ou mesmo em política industrial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Eduardo S. & BERNARDES, Roberto (1998) *Schumpeter e a obsolescência da função empresarial em uma economia de redes*. São Paulo: mimeo.
- ANDERSEN, Esben S. (1995) *Neo- and Post-Schumpeterian contributions to evolutionary economics* (Paper presented at the Conference on Economics and Evolution, Arranged by the Belgian-Dutch Association for Post-Keynesian Economics, Utrecht, 10 November 1995, Department of Business Studies, Aalborg).
- ANDREWS, Marcellus (1983) "Is Schumpeter compatible with neoclassical economics?" In: HELBURN, S. & BRAMHALL, D. (eds.) *Marx, Schumpeter, Keynes: a centenary celebration of dissent*. Armonk: M. E. Sharpe, 1983, pp. 179-182.
- BAUMOL, William J. (1990) "Entrepreneurship: productive, unproductive and destructive" *Journal of Political Economy*, vol. 98, num. 1, 1990, pp. 893-921.
- BERNARDES, Roberto (1998) "A política de competitividade industrial e o seu lugar" *Economia em Revista* vol. 6, num. 1, pp. 136-156.
- BLAUG, Mark (1983) "The entrepreneur in Marx and Schumpeter" In: HELBURN, S. & BRAMHALL, D. (eds.) *Marx, Schumpeter, Keynes: a centenary celebration of dissent*. Armonk: M. E. Sharpe, 1983, pp. 167-178.
- CANUTO, Otaviano (1992) "Mudança técnica e concorrência: um arcabouço evolucionista" *Texto para Discussão IE/UNICAMP*, num. 6, 69pp.
- CHESNAIS, François (1988) "Multinational enterprise and the international diffusion of technology" In: DOSI, G. et. al. (eds.) *Technological Change and Economic Theory*. London: Pinter Publishers.
- DOSI, Giovanni & NELSON, Richard (1994) "An introduction to evolutionary theories in economics" *Journal of Evolutionary Economics*, vol. 4, num. 3, 1994, pp. 153-172.
- DOSI, Giovanni (1988) "Sources, procedures and economic effects of innovation" *Journal of Economic Literature*, vol. XXVI, num. 3, pp. 1120-1171.
- DOSI, Giovanni, TEECE, David (1996) "Weber/Schumpeter: some preliminaries" *Industrial and Corporate Change*, vol. 5, num. 3, p. 905.
- DOSI, Giovanni, TEECE, David & WINTER, Sidney (1992) "Toward a theory of corporate coherence: preliminary remarks" In: DOSI, G.; GIANETTI, R. & TONINELLI, P. A. (eds.) *Technology and Enterprise in a Historical Perspective*. Oxford: Clarendon Press, 1992, pp. 185-211.
- ELLIOTT, John (1980) "Marx and Schumpeter on capitalism's creative destruction: a comparative restatement" *Quarterly Journal of Economics*, vol. 85 (3), pp.45-68.
- FREEMAN, Christopher (1982) *The economics of industrial innovation*. London: Penguin, Harmondsworth, 1974.
- FURTADO, Celso (1959) *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 23a. edição, 1989.
- GALAMBOS, Louis (1996) "End of the century reflexions on Weber and Schumpeter - with Karl Marx lurking in the background" *Industrial and Corporate Change*, vol. 5, num. 3, pp. 925-931.
- GALBRAITH, John K. (1967) *O novo estado industrial*. São Paulo: Abril Cultural (coleção Os Economistas), 1982.
- GONÇALVES, Marcos (1995) "Sobre a noção de progresso da ciência econômica em Schumpeter" *Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia* (Salvador), pp. 176-195.

- HAGEDOORN, John (1996) "Innovation and entrepreneurship: Schumpeter revisited" *Industrial and Corporate Change*, vol. 5, num. 3, pp. 883-896.
- HAGEDOORN, John (1994) *Schumpeter: An appraisal of his theory of innovation and entrepreneurship*. Merit Research Memoranda 2/94-020. University of Maastricht.
- HAMILTON, Gary (1996) "The quest for a unified economics" *Industrial and Corporate Change*, vol. 5, num. 3, pp. 907-915.
- HELBURN, Suzanne W. (1983) "Schumpeter's research program" In: HELBURN, S. & BRAMHALL, D. (eds.) *Marx, Schumpeter, Keynes: a centenary celebration of dissent*. Armonk: M. E. Sharpe, 1983, pp. 149-166.
- LANGLOIS, Richard (1987) *Schumpeter and obsolescence of the entrepreneur*. (paper presented at History of Economics Society annual meeting, June 21, 1987, Boston), 17pp.
- LESSA, Carlos & DAIN, Sulamis (1980) "Capitalismo Associado: algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento" In: BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R. (org.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 214-228.
- MELLO, João Manuel C. (1975) *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NAPLES, Michele & ASLAMBEIGUI, Nahid (1998) "O que realmente determina a taxa de lucro? A teoria neoclássica apresentada em manuais introdutórios". *Economia em Revista* vol. 6, num. 1, pp. 5-28.
- NELSON, Richard (1992) *National Systems of Innovation: a comparative analysis*. Oxford: Oxford University Press.
- NORTH, Douglass C. (1994) "Economic performance trough time" *American Economic Review*, vol. 84 (2), pp. 359-368.
- PAVITT, Keith (1992) "Some foundations for a theory of the large innovating firm" In: DOSI, G.; GIANETTI, R. & TONINELLI, P. A. (eds.) *Technology and Enterprise in a Historical Perspective*. Oxford: Clarendon Press, 1992, pp. 212-228.
- PINTO, Anibal (1967) "Concentração do progresso técnico e seus frutos no desenvolvimento latino-americano" In: PINTO, A. (1967) *Distribuição de Renda na América Latina e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1976.
- PORTER, Michael (1985) *Estratégia Competitiva*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1986.
- POSSAS, Mario L. (1987) *Dinâmica da Economia Capitalista: uma abordagem teórica*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- POSSAS, Mario L. (1988) "Em direção a um paradigma microdinâmico: a abordagem neo-schumpeteriana" In: AMADEO, E. (1989) *Ensaio sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico*. São Paulo: Marco Zero, pp. 157-177.
- POSSAS, Mario L. (1989a) "Racionalidade e Regularidades: rumo a uma integração micro-macrodinâmica" *Economia & Sociedade*, num. 2, 1993, pp. 59-80.
- POSSAS, Mario L. (1989b) *Dinâmica e concorrência capitalista: uma abordagem a partir de Marx*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- POSSAS, Mario L. (1990) "O conceito de concorrência em Marshall: uma perspectiva schumpeteriana" *Texto para Discussão IE/UNICAMP*, num. 17, 19pp.
- POSSAS, Mario L. (1996) "A 'cheia' do mainstream: comentário sobre os rumos da ciência econômica" *Texto para Discussão IE/UFRJ*, num. 327, 33pp.
- POWELL, Walter (1996) "Weber/Schumpeter: turbulent lives, ideas never at rest" *Industrial and Corporate Change*, vol. 5, num. 3, pp. 917-924.

- SAVIOTTI, Paolo P. & METCALFE, J. Stanley (1989) *Present Developments and Trends in evolutionary economics*. mimeo, 38pp.
- SCHERER, Frederic M. (1992) "Schumpeter and Plausible Capitalism" *Journal of Economic Literature*, vol. XXX, num. 3, pp. 1416-1433.
- SCHUMPETER, Joseph A. (textos de acordo com as siglas):
- (TDE, 1911) *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural (coleção Os Economistas), 1982.
- (CSD, 1942) *Capitalismo, Socialismo, Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1984.
- (BC, 1939) *Business Cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process* (2 vols.) New York: McGrall-Hill.
- (HAE, 1954) *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro: USAID/Fundo de Cultura (3 vols).
- SWEDBERG, Richard (1992) "Schumpeter's early works" *Journal of Evolutionary Economics*, vol. 2, num. 1, 1992, pp. 65-82.
- TAVARES, Maria da Conceição (1975) *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas: Edunicamp, 1985.
- TAVARES, Maria da Conceição (1978) *Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ (tese de livre-docência), mimeo.
- TAVARES, Maria Conceição & SERRA, José (1970) "Além da Estagnação" In: TAVARES, M. C. (1972) *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- TEECE, David & PISANO, Gary (1994) "The Dynamic Capabilities of the Firm: an introduction" *Industrial and Corporate Change*, vol. 3, num. 3, pp. 537-556.
- TEECE, David (1986) "Profiting from Technological Innovation" *Research Policy*, num. 15, pp. 285-305.
- TEECE, David (1988) "Technological Change and the Nature of Firm" In: DOSI, G. et. al. (eds.) *Technological Change and Economic Theory*. London: Pinter Publishers.
- VERCELLI, Alessandro (1985) "Keynes, Schumpeter, Marx and the structural instability of capitalism" In: DELEPLACE, G. & MAURISSON, P. (org.) *L'Heterodoxie dans la pensée économique*. Paris: Cahiers d'Economie Politique, pp. 279-304.
- YOUNG, Jeffrey (1983) "The entrepreneur in Marx and Schumpeter: a post-keynesian perspective" In: HELBURN, S. & BRAMHALL, D. (eds.) *Marx, Schumpeter, Keynes: a centenary celebration of dissent*. Armonk: M. E. Sharpe, pp. 183-195.